



**UNIVERSIDADE
KIMPA VITA**

15 - 10 | 2026

O acesso ao ensino primário e o papel da educação pré-escolar no município do Uíge: desafios e perspectivas das políticas públicas em Angola

Access to Primary Education and the Role of Early Childhood Education in Uíge Municipality: Challenges and Perspectives on

Kano Lunda João | José Fladmir Mauri Estevez

Versão electrónica

URL: <https://ciencia.unikivi.ao>

Data de publicação: 15-10-2026. Páginas: 14

Editor

Revista Científica Interdisciplinar da UNIKIVI

Referência electrónica

João, K. L., & Estevez, J. F. M. (2026). O acesso ao ensino primário e o papel da educação pré-escolar no município do Uíge: desafios e perspectivas das políticas públicas em Angola. Revista da UNIKIVI. 02(01), 01-14.



O ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO UÍGE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA

Access to primary education and the role of early childhood education in Uíge municipality: challenges and perspectives on public policy in Angola.

Kano Lunda João

Ministério de Educação, Uíge, Angola

kanolunda@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-4067-6442>

José Vladimir Mauri Estevez

Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe, Angola

vmauriestevez@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2207-273X>

RESUMO

O acesso à educação primária em Angola constitui um desafio central para o desenvolvimento social e humano, particularmente em contextos marcados por significativas limitações socioeconómicas, como é o caso do município do Uíge. O presente estudo analisa, por conseguinte, a implementação das políticas públicas de acesso ao ensino primário neste município, procurando compreender em que medida contribuem para a garantia da igualdade de oportunidades educativas para as crianças, considerando as condições familiares e o papel da educação pré-escolar. Metodologicamente, adoptou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, sob a forma de estudo de caso, recorrendo à pesquisa bibliográfica, à análise documental, a entrevistas semi-estruturadas e questionários de perguntas abertas dirigidos aos gestores escolares, professores e encarregados de educação. Os resultados revelam que, apesar dos esforços do Estado angolano na expansão da rede escolar e na implementação de políticas orientadas para a inclusão educativa, persistem desafios relevantes, designadamente a insuficiência de infra-estruturas escolares, a escassez de docentes qualificados, a ocorrência de práticas informais no processo de matrícula e as desigualdades no acesso à educação pré-escolar. Estes factores condicionam, assim, não apenas o ingresso, mas também a permanência e o desempenho das crianças no ensino primário. Conclui-se, deste modo, que o reforço das políticas públicas de educação, acompanhado de investimentos na expansão e melhoria das infra-estruturas escolares, na formação e valorização dos docentes e no fortalecimento da oferta pública de educação pré-escolar, é fundamental para promover maior equidade e assegurar melhores condições de acesso e de sucesso escolar no município do Uíge.

Palavras-chave: Acesso à Educação Primária; Políticas Educativas; Educação Pré-Escolar Desigualdade Educacional; Município do Uíge.

ABSTRACT

Access to primary education in Angola constitutes a central challenge for social and human development, particularly in regions marked by significant socioeconomic constraints, such as the municipality of Uíge. This study analyses the implementation of public policies for access to primary education in that municipality, seeking to understand the extent to which they ensure equal opportunities for children, taking into account family context and the role of early childhood education. A qualitative approach is adopted, of an exploratory case-study type, drawing on bibliographic research, document analysis, semi-structured interviews, and open-ended questionnaires administered to school managers, teachers, and parents/guardians. The results indicate that, despite efforts by the Angolan State to expand the school network and formulate inclusive policies, significant challenges persist, namely insufficient infrastructure, a shortage of qualified teachers, informal practices in the enrolment process, and inequalities in access to early childhood education — factors that shape children's entry into and performance in primary education. It is concluded that strengthening educational policies, together with structural investment and the valorisation of public early childhood education, is essential to ensure greater equity in access to primary education in Uíge.

Keywords: *access to primary education, educational policies, early childhood education, educational inequality, Uíge municipality.*

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos principais pilares do desenvolvimento social, económico e humano de qualquer sociedade, sendo reconhecida como um direito fundamental em diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais. Em Angola, este direito encontra-se consagrado na Constituição da República de Angola, que estabelece que o Estado promove o acesso de todos à alfabetização e ao ensino (República de Angola, 2010). No mesmo sentido, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino estabelece os princípios da universalidade, da igualdade de oportunidades e da equidade no acesso, na frequência e no sucesso escolar (Assembleia Nacional, 2020). Neste contexto, o Ensino Primário assume particular importância, por constituir o fundamento do Ensino Geral e uma etapa essencial para a formação integral das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários à sua participação na sociedade e à continuidade dos estudos.

No plano nacional, o Estado angolano tem desenvolvido políticas orientadas para a expansão da rede escolar e o alargamento do acesso à educação, em consonância com os compromissos assumidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 4, que preconiza uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos (UNESCO, 2015). Apesar dos esforços empreendidos, persistem desafios relacionados com o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem. Estes desafios não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional, assumindo características distintas em função das condições socioeconómicas, demográficas e infra-estruturais de cada região.

É neste contexto que se enquadra o município do Uíge, onde o crescimento da procura por serviços educativos ocorre paralelamente a desigualdades na distribuição e utilização dos recursos escolares. De acordo com os resultados definitivos do Censo 2024, a taxa líquida de frequência no ensino primário no município do Uíge foi de 68,0%, sendo de 68,5% para os rapazes e 67,6% para as raparigas, **com um** índice de paridade de género de 0,99 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2026). Embora estes dados não evidenciem uma diferença expressiva entre rapazes e raparigas, revelam que uma parcela significativa das crianças em idade escolar permanece fora do Ensino Primário ou não o frequenta de forma regular, constituindo um desafio para a concretização do princípio da universalidade do acesso à educação. O Ministério da Educação identificou ainda problemas de vandalização das escolas, dificuldades de leitura, escrita e cálculo e fragilidades na supervisão pedagógica (Ministério da Educação [MED], 2023). Estes dados justificam o reforço das políticas educativas locais.

Para além da questão do acesso, importa considerar as condições em que decorre o processo de ensino e aprendizagem. Segundo o Anuário Estatístico da Educação 2022/2023 (Ministério da Educação [MED], 2023), o município do Uíge apresentava um **rácio** de aproximadamente 52 alunos por professor no Ensino Primário, enquanto a média nacional se situava em cerca de 56 alunos por professor. Embora o município apresente, neste indicador, um *rácio* inferior à média nacional, o número de alunos por docente continua a representar um desafio para a organização pedagógica, a gestão da sala de aula e o acompanhamento individualizado dos alunos. Esta situação assume particular relevância nas escolas públicas urbanas, onde a concentração de efectivos escolares pode aumentar a pressão sobre os recursos humanos e materiais disponíveis.

Paralelamente, a análise do acesso ao Ensino Primário não pode ser dissociada das condições de atendimento educativo na primeira infância. A Educação Pré-Escolar desempenha um papel relevante na preparação das crianças para o ingresso no Ensino Primário, favorecendo o desenvolvimento de competências cognitivas, linguísticas, sociais e psicomotoras. O acesso a experiências educativas anteriores à escolarização primária pode contribuir para uma melhor adaptação à escola e para o desenvolvimento de competências necessárias ao processo de aprendizagem. Contudo, a reduzida oferta deste nível de ensino, sobretudo na rede pública, constitui uma limitação para muitas famílias e restringe as oportunidades de acesso das crianças à educação na primeira infância.

Neste sentido, embora os dados disponíveis não permitam estabelecer, com segurança, uma percentagem específica de cobertura da Educação Pré-Escolar nas escolas públicas urbanas do município do Uíge, os indicadores nacionais evidenciam que o acesso das crianças dos 3 aos 5 anos a este nível de educação permanece limitado (Instituto Nacional de Estatística de Angola [INE], 2016). Torna-se, por conseguinte, necessário ampliar a oferta pública de Educação Pré-Escolar e melhorar as condições de atendimento, particularmente nas zonas urbanas e periurbanas, onde a procura por serviços educativos tende a ser mais elevada.

Acresce que as limitações de acesso ao Ensino Primário não se restringem à disponibilidade física de escolas ou de vagas. No município do Uíge, existem igualmente constrangimentos associados às condições socioeconómicas das famílias, à insuficiência de infra-estruturas e às dificuldades enfrentadas no processo de matrícula. A ausência ou insuficiência de serviços públicos de atendimento à primeira infância, os custos associados à frequência do ensino pré-escolar privado e a ocorrência de práticas informais no processo de matrícula nas escolas públicas podem constituir barreiras adicionais para as famílias com menor capacidade económica. Deste modo, apesar da existência de um quadro legal que estabelece os princípios da universalidade e da equidade, persistem condições que podem limitar a sua concretização efectiva.

Referente a taxa líquida de frequência no ensino primário no município do Uíge (INE, 2026; MED, 2023), verifica-se, assim, um possível desfasamento entre as orientações estabelecidas no quadro legal angolano e determinadas condições concretas de acesso e atendimento educativo observadas no município do Uíge. A conjugação da procura crescente por vagas escolares, da existência de rácios aluno/professor ainda elevados, da limitada oferta de Educação Pré-Escolar e das dificuldades associadas ao processo de matrícula evidencia a necessidade de reforçar as políticas e estratégias locais destinadas à expansão, democratização e melhoria da qualidade da educação.

É precisamente neste quadro que se insere o presente estudo, centrado na análise das políticas públicas de acesso ao Ensino Primário em Angola, tomando como estudo de caso o município do Uíge. A investigação procura compreender os principais constrangimentos que condicionam a implementação das políticas públicas orientadas para o acesso equitativo ao Ensino Primário, com particular atenção para as limitações das infra-estruturas, a insuficiente oferta de educação na primeira infância e as práticas formais e informais relacionadas com o processo de matrícula.

Diante desta realidade, formula-se a seguinte questão central de investigação:

Em que medida as limitações das infra-estruturas e as práticas informais no processo de matrícula no município do Uíge comprometem a implementação das políticas públicas de acesso equitativo ao Ensino Primário?

Para responder à questão formulada, define-se como objectivo geral:

Analisar a implementação das políticas públicas de acesso ao Ensino Primário no município do Uíge, procurando compreender em que medida estas asseguram a equidade no acesso à educação.

Do objectivo geral decorrem os seguintes objectivos específicos:

- Mapear a oferta de vagas e as condições das infra-estruturas físicas nas escolas primárias seleccionadas para o estudo;
- Identificar as barreiras formais e informais enfrentadas pelos encarregados de educação durante o processo de matrícula;
- Analisar a percepção de gestores escolares e professores sobre a influência da insuficiente oferta de Educação Pré-Escolar no ingresso das crianças no Ensino Primário;
- Propor recomendações que contribuam para o reforço da eficácia das políticas públicas de acesso ao Ensino Primário no município do Uíge.

Do ponto de vista científico, o estudo procura contribuir para o debate sobre as políticas públicas de educação em Angola, particularmente no que respeita à relação entre os princípios de universalidade e equidade estabelecidos no quadro legal e as condições concretas da sua implementação. A análise desta realidade permitirá, igualmente, aprofundar a compreensão dos factores que condicionam o acesso ao Ensino Primário, num contexto urbano marcado pelo crescimento da procura de serviços educativos.

A problemática apresenta também relevância socioeconómica, uma vez que as crianças que permanecem fora do sistema educativo ou que nele ingressam tardiamente podem enfrentar maiores dificuldades de permanência e progressão escolar, reduzindo as suas possibilidades de conclusão do Ensino Primário e de continuidade dos estudos. A médio e longo prazo, estas situações podem limitar a formação de capital humano local e contribuir para a reprodução de desigualdades socioeconómicas entre gerações.

No plano prático, os resultados poderão fornecer subsídios para a formulação e o aperfeiçoamento de medidas destinadas a melhorar o acesso à educação no município do Uíge. Entre essas medidas destacam-se o reforço da oferta pública de Educação Pré-Escolar, a expansão e reabilitação das infra-estruturas escolares, a melhoria dos mecanismos de gestão e distribuição de vagas e o fortalecimento da transparência e da equidade nos processos de matrícula.

Quanto à metodologia, o estudo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, estruturada como estudo de caso. Para a recolha e análise das informações, foram articuladas a pesquisa bibliográfica, a análise documental, as entrevistas semiestruturadas e os questionários constituídos por perguntas abertas. A combinação destas técnicas permitiu reunir diferentes perspectivas sobre o fenómeno investigado e compreender, de forma mais aprofundada, os factores que influenciam a implementação das políticas públicas de acesso ao Ensino Primário no contexto estudado.

Por conseguinte, a análise da realidade educativa do município do Uíge revela-se fundamental para compreender a relação entre as políticas educativas definidas ao nível nacional e as condições concretas em que estas são operacionalizadas localmente. Ao considerar, de forma integrada, aspectos relacionados com a oferta de vagas, as infra-estruturas escolares, a Educação Pré-Escolar e os mecanismos de matrícula, o estudo procura produzir uma compreensão abrangente do problema e contribuir para a identificação de respostas ajustadas às necessidades da população escolar.

Deste modo, as secções seguintes apresentam o enquadramento teórico que sustenta a investigação, os procedimentos metodológicos adoptados, a apresentação e discussão dos

resultados, organizados em função dos principais eixos de análise, e, finalmente, as conclusões e recomendações decorrentes do estudo.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Acesso à educação primária no contexto angolano

O acesso à educação primária em Angola constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social, sendo reconhecido como direito básico consagrado na Constituição da República de Angola. No período pós-conflito armado, o país tem enfrentado desafios estruturais significativos no sector da educação, sobretudo no que respeita à expansão da rede escolar, à equidade no acesso e à qualidade do ensino. Segundo o Ministério da Educação de Angola (MED, 2010), a universalização do ensino primário tem sido uma prioridade estratégica do Estado, embora persistam limitações relacionadas com infra-estruturas, recursos humanos qualificados e desigualdades territoriais.

No contexto angolano, o acesso à educação primária é marcado por assimetrias entre zonas urbanas e rurais, sendo estas últimas as mais afectadas pela escassez de escolas e professores. De acordo com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação [INIDE], 2015), factores como a pobreza, a distância entre a residência dos alunos e as escolas, e as condições socioeconómicas das famílias influenciam directamente a taxa de frequência e permanência no ensino primário, comprometendo o princípio da equidade educativa.

A nível internacional, a UNESCO (2015) defende que a educação primária universal é essencial para o alcance do ODS 4, orientado para uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Sen (1999) argumenta, por sua vez, que a educação deve ser entendida como uma liberdade instrumental, permitindo aos indivíduos expandir as suas capacidades e escolhas de vida; aplicada ao contexto angolano, esta leitura sugere que as limitações no acesso à educação primária restringem não apenas o desenvolvimento individual das crianças, mas também o progresso económico e social das comunidades.

No município do Uíge, observa-se uma realidade que reflecte os desafios nacionais, com escolas frequentemente sobrelotadas e insuficiência de materiais didácticos. Segundo o Governo Provincial do Uíge (GPU, 2021), apesar dos esforços de expansão da rede escolar, subsistem comunidades onde o acesso à escola primária implica longas deslocações, o que contribui para o abandono escolar precoce, cenário que evidencia a necessidade de políticas mais descentralizadas e adaptadas às especificidades locais.

2.2 Importância da educação primária para o desenvolvimento social

A educação primária constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento social, económico e cultural de qualquer sociedade, desempenhando papel decisivo na formação de cidadãos conscientes e participativos. Em Angola, esta etapa assume particular relevância no período pós-guerra, marcado por esforços de reconstrução do sistema educativo e de promoção da inclusão social.

Do ponto de vista social, a educação primária contribui significativamente para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade entre grupos sociais. Dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2016) indicam que níveis mais elevados de escolaridade estão associados à melhoria das condições de vida, ao aumento das oportunidades de emprego e à diminuição da pobreza, pelo que investir na educação primária se traduz num investimento directo no capital humano e na coesão social.

No plano teórico, Sen (1999) defende que a educação amplia as liberdades individuais, permitindo aos cidadãos viver com maior dignidade e autonomia, de forma complementar, Freire (2005) considera a educação um instrumento de libertação, capaz de transformar realidades marcadas por desigualdades. Estas leituras são particularmente pertinentes no contexto angolano, onde persistem desafios como o analfabetismo e a exclusão social, tornando a educação primária um meio essencial de promoção da cidadania activa.

No município do Uíge, segundo o GPU (2021), o aumento da taxa de escolarização tem contribuído para a redução de fenómenos como o trabalho infantil e o abandono escolar precoce,

ainda que persistam desafios ligados à insuficiência de infra-estruturas e à necessidade de reforço da formação de professores.

2.3 Evolução histórica da educação primária em Angola

A trajectória da educação primária em Angola reflecte os diferentes contextos históricos, políticos e sociais que marcaram o país. Durante o período colonial, o acesso ao ensino era restrito e orientado sobretudo para a formação de mão-de-obra básica, o que excluía grande parte da população angolana do sistema educativo formal (Ministério da Educação de Angola, 2010), resultando em elevados níveis de analfabetismo à data da independência, em 1975.

Com a independência, o Estado angolano passou a reconhecer a educação como direito fundamental e instrumento estratégico de reconstrução nacional, período caracterizado por uma expansão significativa da rede escolar. A guerra civil constituiu, no entanto, um obstáculo de vulto, tendo resultado na destruição de infra-estruturas escolares, na escassez de professores qualificados e na acentuação das desigualdades regionais (UNESCO, 2015).

Um marco importante foi a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01), que estabeleceu a obrigatoriedade e a gratuidade da educação primária, reforçando o compromisso com a equidade no acesso ao ensino (Assembleia Nacional, 2016). Apesar dos progressos alcançados, persistem desafios estruturais, especialmente em zonas rurais e periféricas: no município do Uíge, a expansão da educação primária tem sido condicionada pela insuficiência de infra-estruturas, pela escassez de recursos humanos qualificados e por assimetrias territoriais.

Sob o ponto de vista teórico, Freire (1970) destaca que o processo educativo deve promover a consciência crítica dos indivíduos, contribuindo para a sua emancipação leitura que reforça a importância da educação primária no combate às desigualdades sociais em Angola. Não obstante os avanços registados, a UNICEF (2021) alerta que muitas crianças permanecem fora do sistema de ensino ou frequentam escolas em condições inadequadas, o que limita o alcance de uma educação inclusiva e de qualidade.

2.4 O papel do Estado e das administrações locais

O acesso à educação primária em Angola depende, em grande medida, da actuação do Estado e das administrações locais, enquanto principais responsáveis pela formulação, implementação e monitorização das políticas educativas. Compete ao Estado definir as políticas públicas de educação, assegurar o financiamento do sistema educativo e garantir a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário (Assembleia Nacional 2016), compromisso que se traduz na construção de infra-estruturas, na formação de professores e na criação de programas de ampliação da taxa de escolarização.

A eficácia destas políticas depende, contudo, também da actuação das administrações locais. As administrações municipais, como no caso do Uíge, são responsáveis pela gestão directa das escolas, pela identificação das necessidades locais e pela mobilização das comunidades para a valorização da educação, o que, segundo o Governo Provincial do Uíge (2021), permite uma melhor adaptação das políticas, às realidades específicas de cada comunidade.

Do ponto de vista teórico, a descentralização da gestão educativa é frequentemente apontada como factor de melhoria da qualidade e do acesso ao ensino. Para Rondinelli (1981), a transferência de competências para os níveis locais favorece uma gestão mais eficiente e participativa; no contexto angolano, esta abordagem tem sido progressivamente adoptada, embora enfrente ainda limitações institucionais e financeiras. Zau (2002, 2009) reforça esta leitura ao defender que a descentralização e a regionalização dos currículos e da gestão escolar constituem via necessária para atenuar as assimetrias no acesso e na qualidade do ensino entre Luanda e as demais províncias, sublinhando ainda que o sucesso das políticas educativas depende da coordenação efectiva entre os diferentes níveis de governação e do envolvimento activo das comunidades.

No município do Uíge, o papel das administrações locais revela-se determinante: a identificação de áreas com baixa cobertura escolar e a construção de novas escolas têm

contribuído para a melhoria dos indicadores educativos, ainda que persistam desafios como a insuficiência de recursos financeiros e a falta de professores qualificados. A UNICEF (2021) sublinha, a este propósito, a necessidade de reforçar a capacidade institucional das administrações locais, de modo a garantir uma gestão mais eficiente do sistema educativo.

2.5 Capital cultural, reprodução social e equidade escolar

A discussão sobre o acesso à educação primária no Uíge beneficia do diálogo com a sociologia da educação, em particular com os contributos de Bourdieu e Passeron (1970) sobre a reprodução social e o capital cultural. Os autores defendem que a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais pré-existentes, beneficiando as crianças cujas famílias possuem maior capital cultural e socioeconómico, leitura que se aplica directamente às práticas de favoritismo e aos custos informais identificados no processo de matrícula no Uíge, os quais penalizam sistematicamente as famílias com menos recursos.

Nesta mesma linha, Dubet (2004) distingue a igualdade de oportunidades da igualdade de posições, defendendo que a verdadeira equidade escolar exige políticas compensatórias dirigidas aos grupos mais desfavorecidos desde a infância. Esta distinção é particularmente útil para interpretar os dados do presente estudo: garantir formalmente o direito à matrícula (igualdade de oportunidades) não é suficiente quando as condições de partida acesso à educação pré-escolar, proximidade da escola, capacidade económica da família permanecem profundamente desiguais.

2.6 Contributos da literatura angolana e africana

A produção científica angolana sobre educação, ainda pouco mobilizada em estudos desta natureza, oferece leituras complementares relevantes. Zassala aborda a psicopedagogia e a orientação escolar em Angola, defendendo que o insucesso e a exclusão no ensino primário resultam, em parte, da ausência de apoio psicopedagógico e do ingresso prematuro de crianças sem uma fase pré-escolar consolidada, argumento que reforça directamente o eixo do presente estudo relativo à lacuna da educação pré-escolar no Uíge. Kabangu e Sanga (s.d.) analisam a sociologia da educação em Angola, com destaque para a transição das políticas educativas do período pós-independência para o período pós-guerra e para a persistência de elites no acesso às melhores infra-estruturas escolares, fenómeno consonante com as assimetrias territoriais observadas no Uíge.

À escala continental, Nkrumah (1963) defende a educação como ferramenta de libertação e de desenvolvimento socioeconómico estrutural de África, alertando contra modelos educativos que perpetuam a exclusão das massas rurais. Monga (2009) argumenta que a incapacidade dos Estados subsarianos em garantir educação primária universal resulta, em larga medida, da má alocação de recursos e da fraca governação local, leitura pertinente para compreender as fragilidades de gestão do processo de matrícula identificadas no Uíge. Fredriksen (2010), especialista em políticas educativas na África Subsariana, defende o financiamento focado na retenção e na equidade do ensino primário em contextos pós-conflito, como é o caso angolano.

Por fim, no plano do debate sobre desenvolvimento humano, ul Haq (1995), criador do conceito de Desenvolvimento Humano em conjunto com Sen, defende que o investimento na educação básica infantil constitui pré-condição absoluta para qualquer estratégia de erradicação da pobreza, argumento que fundamenta teoricamente a centralidade atribuída, neste estudo, à educação pré-escolar como vector de equidade no acesso ao ensino primário.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia do estudo

O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida sob a forma de estudo de caso e de carácter microsociológico, tendo como foco as dinâmicas de acesso ao ensino primário no município do Uíge. A investigação não teve como finalidade a generalização estatística dos resultados, mas a compreensão aprofundada das experiências e percepções dos actores directamente envolvidos no fenómeno em análise. Incluiu, igualmente, uma componente bibliográfica, baseada na consulta de livros, artigos científicos, documentos normativos e relatórios institucionais relacionados com as políticas educativas e o acesso à educação.

3.2 População e amostra

Participaram no estudo 13 sujeitos, sendo quatro gestores escolares, três professores e seis encarregados de educação. Os gestores e professores foram seleccionados por amostragem não probabilística intencional ou criterial, considerando escolas com maior número de reclamações de pais e encarregados de educação, maior número de salas de aula e evidências de constrangimentos no acesso durante o período de matrículas.

Para a selecção dos encarregados de educação, recorreu-se à amostragem não probabilística do tipo bola de neve, partindo de um participante que havia enfrentado dificuldades no processo de matrícula e que indicou outros indivíduos em situação semelhante. Foram incluídos encarregados de educação que tivessem tentado matricular o educando mais do que uma vez sem sucesso e que tivessem vivenciado directamente dificuldades de acesso ao ensino primário no município do Uíge. A selecção prosseguiu até à saturação das informações, isto é, até ao momento em que os depoimentos deixaram de acrescentar elementos novos e relevantes.

3.3 Técnicas e procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados junto dos gestores escolares e dos encarregados de educação foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, enquanto aos professores foi aplicado um questionário constituído por perguntas abertas. Complementarmente, procedeu-se à observação directa das condições físicas das escolas e da dinâmica do período de matrículas, utilizada como fonte de contextualização e apoio à interpretação dos dados. A articulação destas técnicas permitiu a triangulação das informações provenientes dos diferentes grupos de participantes, reforçando a credibilidade e a consistência dos resultados.

3.4 Análise dos dados

Os dados provenientes das entrevistas e dos questionários foram submetidos a análise de conteúdo temática, seguindo, de forma adaptada, as etapas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material, codificação, categorização e interpretação. As informações foram organizadas em categorias e temas recorrentes e posteriormente confrontadas entre os três grupos de participantes, permitindo identificar convergências, divergências e especificidades nas suas percepções. Para a apresentação dos resultados, os dados foram estruturados em três eixos temáticos, definidos com base nos objectivos da investigação e nos conteúdos emergentes da análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram no estudo 13 sujeitos, dos quais quatro gestores escolares, três professores do ensino primário e seis pais e encarregados de educação, provenientes de diferentes escolas do município do Uíge. Para garantir o anonimato e preservar a identidade dos participantes, foram utilizados códigos de identificação: G1–G4 para os gestores escolares, P1–P3 para os professores e F1–F6 para os pais e encarregados de educação. A numeração corresponde à ordem de integração dos participantes no estudo.

A análise dos dados permitiu identificar três eixos temáticos, definidos a partir dos principais conteúdos emergentes dos depoimentos. O primeiro aborda os constrangimentos associados às infra-estruturas escolares e à superlotação; o segundo analisa a transparência e as práticas informais no processo de matrícula; e o terceiro centra-se na insuficiente oferta de educação pré-escolar e nas suas implicações para o ingresso no ensino primário.

4.1 Eixo 1. Infra-estruturas insuficientes e superlotação escolar

Os quatro gestores entrevistados foram unânimes em reconhecer a dificuldade das escolas em responder à crescente procura de vagas, associando-a sobretudo à insuficiência de salas de aula e ao reduzido número de professores face ao aumento da população escolar. A insuficiência da oferta educativa coloca as direcções perante situações de difícil gestão, particularmente quando recebem pedidos de matrícula provenientes de diferentes actores e entidades.

Os gestores G2 e G3 destacaram que a escassez de vagas se torna particularmente problemática quando as escolas recebem solicitações que, em determinadas circunstâncias, não podem ser facilmente recusadas. Segundo estes participantes, tal situação pode prejudicar as

famílias com menores recursos, que acabam por não conseguir matricular os seus educandos nas escolas mais próximas da residência. A escassez de vagas assume, assim, uma dimensão de equidade, na medida em que pode afectar de forma diferenciada as famílias em função dos seus recursos e possibilidades de acesso.

O gestor G1 acrescentou uma dimensão relacionada com as relações internas das escolas, referindo situações em que professores procuram assegurar vagas para familiares. Segundo o participante, a impossibilidade de atender determinados pedidos pode gerar conflitos entre professores e direcções escolares. A afirmação de que “como terei a moral de ensinar o filho do outro e o meu familiar não?” evidencia a tensão existente entre as relações profissionais e os interesses familiares num contexto de elevada escassez de vagas.

Os professores corroboraram a existência de níveis elevados de ocupação das turmas. Os três participantes referiram que algumas salas ultrapassam os 50 alunos, circunstância que dificulta a organização do processo de ensino e aprendizagem e limita o acompanhamento individualizado. O professor P1 salientou que a superlotação chega a comprometer a própria organização do espaço e a utilização adequada do material didáctico.

Os depoimentos dos encarregados de educação revelaram, por sua vez, consequências que ultrapassam o espaço escolar. Quando não conseguem obter vaga nas escolas próximas da residência, algumas famílias recorrem a estabelecimentos localizados a distâncias consideráveis, o que implica custos adicionais de transporte e dificuldades no acompanhamento diário das crianças.

A encarregada de educação F5 relatou que a distância entre a residência e a escola dificulta a conciliação entre o acompanhamento dos filhos e as actividades profissionais dos pais. Segundo a participante, em situações em que os responsáveis não conseguem acompanhar as crianças, estas podem regressar sozinhas a casa, ficando potencialmente expostas a riscos durante o trajeto. De forma semelhante, F3 relatou um caso em que, segundo o seu testemunho, uma criança sofreu um acidente de motorizada no contexto dessas dificuldades de acompanhamento.

A triangulação dos depoimentos permite interpretar a superlotação como uma manifestação de um desequilíbrio estrutural entre a procura e a oferta educativa. A insuficiência de salas de aula e de professores limita a capacidade das escolas para responderem de forma equitativa à procura, produzindo efeitos tanto sobre as condições de ensino como sobre as famílias.

Este resultado pode ser relacionado com a perspectiva de Bourdieu e Passeron (1970), segundo a qual determinados mecanismos institucionais podem contribuir para a reprodução das desigualdades sociais. No contexto estudado, quando a oferta de vagas é insuficiente e os mecanismos de distribuição não são suficientemente objectivos e transparentes, as famílias que dispõem de maiores recursos económicos, sociais ou relacionais podem encontrar melhores condições para aceder às oportunidades disponíveis.

As estratégias adoptadas pelas escolas, nomeadamente a organização das actividades lectivas em dois turnos e a redistribuição dos alunos pelas turmas existentes, contribuem para atenuar os efeitos imediatos da procura. Contudo, os dados sugerem que estas medidas têm carácter predominantemente paliativo, não resolvendo os factores estruturais associados à insuficiência de infra-estruturas, à carência de professores e ao crescimento da população escolar.

4.2 Eixo 2. Transparência e práticas informais no processo de matrícula

Embora os gestores descrevam o processo de matrícula como formalmente organizado e orientado pelas disposições do Ministério da Educação, os dados recolhidos apontam para a existência de práticas informais associadas à elevada procura de vagas. Entre as situações mencionadas encontram-se a formação antecipada de filas, a apresentação de processos fora dos procedimentos estabelecidos e tentativas de obtenção de vagas por vias não previstas nos mecanismos formais.

Os professores entrevistados, sobretudo aqueles que participaram em comissões de matrícula, corroboraram a existência de situações que se afastam dos procedimentos oficialmente definidos. O professor P3 relatou ter observado colegas a apresentarem processos provenientes de casa, sem a presença dos respectivos encarregados de educação, contrariando, segundo o participante, as orientações da direcção da escola, que estabeleciam a presença do pai ou encarregado de educação no acto da matrícula.

O professor P2 relatou igualmente uma situação em que um docente, dispondo habitualmente de uma vaga para indicar um candidato, apresentou dois processos para apreciação da comissão. Segundo o seu depoimento, perante a impossibilidade de atender ambos os pedidos pelos procedimentos habituais, terá sido sugerida uma abordagem num espaço reservado, associada posteriormente a um pedido de contribuição financeira. Embora se trate do relato de um participante e não de uma ocorrência independentemente comprovada, o testemunho constitui um indício relevante da percepção de práticas informais no acesso às vagas.

Os encarregados de educação apresentaram os relatos mais directos sobre as dificuldades vivenciadas durante o processo de matrícula. Os seis participantes referiram situações de longas esperas, formação de filas durante a noite e, em alguns casos, alegados pedidos de pagamento para facilitar o acesso às vagas. Estes relatos sugerem que a elevada procura, associada à escassez de vagas, pode criar condições favoráveis à emergência de práticas que comprometem a percepção de igualdade de tratamento entre os candidatos.

F4, F5 e F2 relataram situações em que chegaram à instituição entre os primeiros candidatos, mas receberam números de atendimento que, segundo os próprios, não correspondiam à ordem de chegada. Perante a ausência de esclarecimentos considerados satisfatórios, os participantes recorreram à direcção da escola para solicitar explicações e a averiguação da situação.

Segundo os relatos, na sequência da intervenção da direcção, o atendimento ao público foi temporariamente suspenso para permitir a averiguação dos factos. Neste contexto, um dos encarregados de educação manifestou preocupação relativamente à matrícula do seu educando e declarou ter efectuado uma transferência de valores para um professor que integrava a comissão de matrícula. Este testemunho, embora não permita por si só comprovar a ocorrência de irregularidades, constitui um elemento relevante para compreender a percepção dos participantes sobre possíveis mecanismos informais de favorecimento.

A convergência entre os depoimentos dos gestores, professores e encarregados de educação reforça a relevância analítica deste resultado. As três fontes de informação apontam para uma possível distância entre os procedimentos formalmente estabelecidos e determinadas práticas observadas ou percebidas durante o processo de matrícula. Deste modo, a existência de normas de matrícula não garante, por si só, a igualdade de acesso quando a sua aplicação não é acompanhada por mecanismos eficazes de controlo, transparência e responsabilização.

Esta constatação pode ser relacionada com a perspectiva de Sen (1999), segundo a qual a existência formal de direitos e oportunidades não é suficiente para assegurar a sua concretização efectiva. No caso estudado, a igualdade formal perante as regras de matrícula pode ser limitada quando factores económicos, relacionais ou práticas informais influenciam o acesso às vagas disponíveis.

Assim, os resultados apontam para a necessidade de reforçar os mecanismos de transparência e fiscalização do processo de matrícula, nomeadamente através da definição e divulgação de critérios claros de atribuição de vagas, do registo sistemático dos candidatos e da existência de mecanismos acessíveis para apresentação e tratamento de reclamações.

4.3 Eixo 3. Insuficiência da educação pré-escolar e implicações no ingresso ao ensino primário

Os depoimentos dos gestores, professores e encarregados de educação convergiram na valorização da educação pré-escolar como etapa importante na preparação da criança para o ingresso no ensino primário. Os participantes associaram a frequência deste nível de educação ao

desenvolvimento de competências cognitivas, linguísticas e sociais, bem como à aquisição de maior autonomia e capacidade de adaptação ao ambiente escolar.

Os professores relacionaram a ausência da educação pré-escolar com dificuldades acrescidas no período inicial de frequência do ensino primário. O professor P1 referiu que as crianças sem experiência pré-escolar podem apresentar maiores dificuldades de socialização, menor autonomia e problemas de adaptação à rotina escolar. O professor P2 acrescentou que a ausência desta preparação pode estar associada a dificuldades no desenvolvimento da linguagem e da comunicação, com possíveis repercussões na participação nas actividades pedagógicas.

Os gestores, por sua vez, destacaram o atraso na aprendizagem como uma das principais dificuldades observadas entre crianças que ingressam no ensino primário sem terem frequentado a educação pré-escolar. Segundo os seus depoimentos, estas crianças requerem, em alguns casos, maior acompanhamento para desenvolver competências básicas e adaptar-se às exigências do ambiente escolar.

Os encarregados de educação também atribuíram elevada importância à educação pré-escolar, considerando-a um suporte relevante para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Os participantes defenderam, particularmente, a expansão da oferta pública de creches e jardins-de-infância, sobretudo para as famílias com menores recursos económicos.

Os resultados encontram respaldo na literatura sobre a educação na primeira infância. A UNESCO (2015) destaca a importância desta etapa para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, enquanto ul Haq (1995) enfatiza a relevância do investimento na educação básica e no desenvolvimento humano para a ampliação das oportunidades de vida. No contexto angolano, os contributos de Zassala (s.d.) sobre orientação escolar reforçam, a importância do acompanhamento psicopedagógico e da preparação da criança para o percurso escolar.

No município do Uíge, a insuficiente oferta de educação pré-escolar, associada ao custo da oferta privada, pode constituir um factor adicional de desigualdade. As crianças provenientes de famílias com menores recursos económicos podem ter menor acesso às experiências educativas que favorecem a sua preparação para o ensino primário.

Neste sentido, os resultados sugerem que a insuficiência da educação pré-escolar não deve ser analisada apenas como uma questão de cobertura, mas também como um factor relacionado com a preparação e a transição das crianças para o ensino primário. A expansão da rede pública de educação pré-escolar, acompanhada da melhoria, da qualidade, dos serviços e da formação dos profissionais, poderá contribuir para criar condições mais equitativas de entrada no sistema educativo e reduzir desigualdades desde os primeiros anos do percurso escolar.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objectivo analisar a implementação das políticas de acesso ao ensino primário no município do Uíge, procurando compreender em que medida estas contribuem para garantir a equidade no acesso à educação. Com base na triangulação das perspectivas de gestores escolares, professores e pais e encarregados de educação, conclui-se que, apesar dos esforços do Estado na expansão da rede escolar, persistem constrangimentos estruturais, organizacionais e sociais que limitam a concretização de um acesso equitativo ao ensino primário.

Os resultados evidenciaram três principais factores condicionantes: a insuficiência de infra-estruturas escolares e de professores, que se traduz em escassez de vagas e superlotação das turmas; a existência de práticas informais e percepcionadas como pouco transparentes no processo de matrícula; e a limitada cobertura da educação pré-escolar pública, com possíveis implicações na preparação das crianças para o ingresso no ensino primário. Estes factores articulam-se e podem acentuar as desigualdades educativas, sobretudo entre famílias com menores recursos económicos e sociais.

Considera-se que os objectivos da investigação foram alcançados, uma vez que foi possível identificar os principais constrangimentos ao acesso ao ensino primário, caracterizar as barreiras formais e informais enfrentadas pelos encarregados de educação e analisar as

percepções dos diferentes actores sobre as condições de ingresso no sistema educativo. Os dados sugerem que a existência de políticas e normas de acesso não é, por si só, suficiente para assegurar a equidade, sendo igualmente necessárias condições materiais adequadas, procedimentos transparentes e mecanismos eficazes de acompanhamento e responsabilização.

Entre as limitações do estudo destacam-se a sua realização num único município, o reduzido número de participantes (13 sujeitos) e o período limitado de recolha de dados, factores que restringem a generalização dos resultados para outras regiões de Angola. Todavia, estas limitações são compatíveis com a natureza qualitativa e exploratória da investigação.

Do ponto de vista científico, o estudo contribui para a compreensão das desigualdades no acesso ao ensino primário em Angola, ao evidenciar a articulação entre a insuficiência da oferta educativa, as práticas informais no processo de matrícula e a limitada cobertura da educação pré-escolar. Do ponto de vista social e político, os resultados apontam para a necessidade de expandir e requalificar as infra-estruturas escolares, aumentar o número de professores, reforçar a transparência dos processos de matrícula e ampliar a oferta pública de educação pré-escolar.

Para estudos futuros, recomenda-se a realização de investigações comparativas entre diferentes municípios e províncias de Angola, com amostras mais amplas, bem como estudos sobre a relação entre a frequência da educação pré-escolar e o desempenho no ensino primário e sobre a eficácia dos mecanismos de fiscalização e prevenção de práticas informais nos processos de matrícula.

6 RECOMENDAÇÕES E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Com base nos resultados obtidos, propõe-se a adoção de medidas articuladas destinadas a reduzir as desigualdades no acesso ao ensino pré-escolar e primário no município do Uíge. As propostas organizam-se em quatro áreas prioritárias.

a) Reforço da oferta pública de educação pré-escolar:

Sugere-se a expansão da rede pública de creches e jardins-de-infância, particularmente nas zonas com maior procura e menor cobertura, de modo a ampliar o acesso das crianças à educação na primeira infância e favorecer uma transição mais adequada para o ensino primário. A literatura destaca a importância desta etapa para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças (UNESCO, 2015).

b) Reforço da transparência e fiscalização do processo de matrícula:

Considera-se pertinente estabelecer critérios públicos e objectivos para atribuição de vagas, registo dos candidatos, divulgação dos resultados e reforço da fiscalização, promovendo maior transparência e igualdade de oportunidades.

c) Apoio às famílias em situação de maior vulnerabilidade:

Torna-se necessário o desenvolvimento de medidas de apoio socioeconómico dirigidas às famílias com menores recursos, nomeadamente através de mecanismos que reduzam os custos associados ao acesso e à frequência escolar. Tal intervenção poderá contribuir para prevenir situações de exclusão e abandono escolar e favorecer a permanência das crianças no sistema educativo.

d) Reforço da participação comunitária:

Defende-se o envolvimento de associações de pais, líderes comunitários, autoridades locais e outras estruturas da sociedade na promoção do direito à educação, no acompanhamento dos processos de matrícula e na identificação de situações que possam comprometer a equidade no acesso escolar.

Como contributo do estudo, recomenda-se ainda a análise da viabilidade de implementação de um Modelo Operacional Local de Gestão de Vagas Escolares (MOLGVE), concebido como instrumento de apoio à gestão municipal da procura e da oferta educativa. O modelo poderá integrar quatro componentes principais: **(i)** um registo público e actualizado das vagas disponíveis por escola; **(ii)** critérios objectivos e previamente divulgados para a atribuição das vagas; **(iii)** mecanismos de articulação entre escolas e administrações comunais para o

encaminhamento de crianças quando a capacidade local estiver esgotada; e (iv) acompanhamento da transição das crianças da educação pré-escolar para o ensino primário.

O MOLGVE constitui, assim, uma proposta decorrente dos resultados deste estudo, cuja eventual implementação e avaliação deverão ser objecto de estudos posteriores. A sua aplicação poderá contribuir, para melhorar a transparência da gestão de vagas, reduzir desigualdades no acesso e apoiar uma distribuição mais equilibrada da procura educativa no município do Uíge e, potencialmente, noutros contextos municipais com desafios semelhantes.

7 REFERÊNCIAS

- Assembleia Nacional. (2020). *Lei n.º 32/20, de 12 de agosto: Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de outubro — Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*. Diário da República, I Série, n.º 123.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Vozes.
- Dubet, F. (2004). *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. Cortez Editora.
- Fredriksen, B. (2010). *An analysis of educational progress and challenges in Sub-Saharan Africa*. World Bank Publications.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.
- Governo Provincial do Uíge. (2021). *Relatório sobre o sector da educação no Uíge*.
- Instituto Nacional de Estatística de Angola. (2016). *Indicadores sociais de Angola*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2026). *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024: Província do Uíge*. Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. (2015). *Relatório sobre o sistema educativo em Angola*.
- Kabangu, N., & Sanga, E. (s.d.). *Políticas públicas e governação do sistema educativo em Angola*.
- Ministério da Educação de Angola. (2010). *Relatório sobre o sistema educativo em Angola*. Ministério da Educação.
- Ministério da Educação. (2023). *Ministra radiografou educação no Uíge*. Ministério da Educação.
- Assembleia Nacional. (2016). *Lei n.º 17/16, de 7 de outubro: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino*. Diário da República, I Série, n.º 170.
- Monga, C. (2009). *Nihilism and culture: Essays on small amusements and big disasters in Africa* [dados bibliográficos a confirmar]. World Bank Open Knowledge Repository.
- Nkrumah, K. (1963). *Africa must unite*. Heinemann.
- Rondinelli, D. A. (1981). Descentralização governamental numa perspectiva comparativa: Teoria e prática nos países em desenvolvimento. *International Review of Administrative Sciences*, 47(2), 133–145.
- República de Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Diário da República, I Série, n.º 23, de 5 de fevereiro de 2010.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. Oxford University Press.
- ul Haq, M. (1995). *Reflections on human development*. Oxford University Press.
- UNESCO. (2015). *Educação 2030: Declaração de Incheon e quadro de acção para implementação do objectivo de desenvolvimento sustentável 4*.
- UNICEF. (2021). *Situação da educação em Angola: Relatório de análise sectorial*.
- Zassala, C. (s.d.). *A orientação escolar e profissional em Angola*.
- Zau, F. (2002). *Educação em Angola: Novos caminhos para o desenvolvimento*. Editorial Nzila.
- Zau, F. (2009). *Trilhas para a educação em Angola: Educação e desenvolvimento humano em Angola*. Editorial Nzila.